

# Grupo de Estudos

## ▲ Educação Libertária

... todo projeto nacional de ensino deveria ser combatido em qualquer circunstância pelas óbvias ligações com o governo, uma ligação mais temível do que a velha e muito contestada aliança da Igreja com o Estado. Antes de colocar uma máquina tão poderosa nas mãos de um agente tão ambíguo, cumpre examinar bem o que estamos fazendo. Certamente que o governo não deixará de usa-la para reforçar seu próprio poder e para perpetuar suas instituições.

--- William Godwin



**1ª. Leitura:  
20 de novembro de 2010**

**\*#\***

**edson passetti e acásio agosto:**

**anarquismo & educação; editora autêntica**

## ATRAVESSANDO OS ANARQUISMOS

### Willian Godwin e a educação livre

Antes de Proudhon tomar para si a designação de anarquista e inventar a palavra que se atribui a um movimento que recusa o governo, o Estado e a autoridade centralizada em favor da liberdade, um inglês de nome Willian Godwin (1756-1836) escreveu um longo estudo que teve como alvo a implosão do governo em favor do pensamento livre e apontou para uma sociabilidade apartada do castigo como realizadora da justiça política.

Em Godwin encontra-se a procedência moderna dos anarquismos fundados numa detalhada reflexão crítica acerca da educação de crianças e jovens procedente da adesão ao princípio da razão iluminista e de crítica ao utilitarismo. Com ele, inauguram-se as diversas modalidades de *educação anarquista* que conviverão no interior dos anarquismos, construindo uma vida intensa em que está em questão dar formas à liberdade.

Em *Investigação acerca da justiça política*,<sup>1</sup> de 1793, seu principal escrito, Godwin ataca de maneira contumaz o princípio da punição em que se baseia a sociedade ocidental. Ao abandonar a carreira de pastor calvinista, sua primeira atitude foi fundar uma escola, empreitada que fracassa e o

---

<sup>1</sup> Ver também “Crime e punição” (2004).

desloca quase que exclusivamente aos trabalhos literários, nos quais não deixa de enfrentar o tema da educação. De maneira mais detalhada, lida com ele no ensaio *The Enquirer* e no romance *Caleb Willians*. No entanto, é no primeiro que Godwin desmonta o conjunto de valores e princípios norteadores da nascente sociedade burguesa composto pela articulação precisa entre punição, direitos, governo, instituições políticas, o fictício contrato social e a propriedade privada.

Godwin inverte a razão moderna opondo o entendimento à prática do castigo. Para ele, a punição contempla os valores morais externos ao indivíduo livre em direção à produção de obediência; o entendimento, por sua vez, supõe exercícios individuais da razão livre, envolvendo conversações. A educação pela punição privilegia a coerção por meio do castigo físico ou da suspensão de direitos em função da proteção da sociedade; opera pelo medo e produz indivíduos governados, imobilizados e covardes, incapazes de ação individual de mudança ou mesmo de contestação. Segundo Godwin, a prática da punição, para fins de educação ou controle dos distúrbios sociais, além de indesejável é irracional. Ela se sustenta em uma argumentação favorável aos castigos como correção necessária e garantia para a vida livre e autônoma do indivíduo, inibidora, e por vezes de maneira irreversível, do que há de mais extraordinário em uma pessoa.

A punição não se restringe ao castigo físico, à ameaça ao corpo ou ao espírito pela imposição legítima ou não da força. Ela não se define pelo seu meio, mas por sua finalidade: conservar os governos na casa, na sociedade e no Estado. Há punição quando se lança mão de algum tipo de repreensão, proibição ou intervenção contra uma ação considerada maléfica ou prejudicial à sociedade (ou ao próprio indivíduo), e funciona pretendendo prevenir males futuros. Assim, antes de ocupar-se do ato em si, a punição se volta para a virtualidade da infração vista como um mal que habita o sujeito livre e autônomo; ela é, também, uma ameaça sob a forma de regra ou lei, aplicada como castigo físico, multa ou privação de liberdade, pretendendo educar para

prevenir um determinado ato ou sua repetição anti-social ou indesejável. A punição supõe o exercício de poder de uma autoridade central e soberana que, no limite, exige, simplesmente, a obediência. Por isso mesmo, para Godwin, o Estado não se define por maior ou menor intervenção na vida social, mas pelo uso de sua capacidade de punir, de exercitar uma justiça política segundo a vontade do rei, do povo ou do ditador.

O objetivo da punição não é reparar a ação praticada, nem mesmo restituir quem tenha sido prejudicado com determinada ação, mas evitar que ela ocorra novamente. A punição de um indivíduo que dispara um conflito gerado por determinado ato entendido como anti-social, objetiva corrigir ou modificar o sujeito a quem é atribuída a ação. Em outras palavras, a punição opera por um princípio preventivo que é, ao mesmo tempo, educativo. Ao prestar atenção no tipo de relação social que a punição engendra, é possível notar sua presença difusa nas práticas pedagógicas; mais do que isso, sob certas circunstâncias de governo, até as contestações, desde que não coloquem em risco o próprio Estado, são vistas com bons olhos. A punição traz consigo um novo componente: a ameaça a quem ultrapassar a região da tolerância – sem esquecer que por tolerância designa-se a disposição do superior em admitir e absorver certos desvios, como pertinentes e salutares à conservação da ordem.

Não é obrigatório seguir, detalhadamente, as principais reflexões de Willian Godwin para compreender o que é educação. Apanhe um dicionário. Segundo o *Aurélio de Língua Portuguesa*, educar pode ser transmitir conhecimentos e promover a educação, mas também domesticar e domar; o mesmo que aclimar, ato de habituar, acostumar, adaptar. A educação não se encerra nestas palavras; outras repetem as mesmas indicações: instruir, por exemplo, além de ser transmissão de conhecimentos, indica adestramento, habilitação, domesticação. O professor, de acordo com o mesmo dicionário, é um homem perito ou adestrado. Ensinar, então, é transmissão do conhecimento, instrução, adestramento, treinamento, exercitados por meio de punições e recompensas.

O breve estancar na palavra *educar* anuncia os sentidos da domesticação, por meio da prática de punições diversas, para fins de transmissão de informação ou conhecimento. Expõe uma relação de assimetria entre o professor – detentor do conhecimento, mestre, incluindo os valores e regras socialmente aceitas –, e o aluno – o sem luz, o discípulo, que nada possui, nada sabe e que deve ser iluminado por um superior para almejar tornar-se um sujeito útil à sociedade. Este deve reconhecer, desde pequenino, que a punição nas mãos dos superiores é necessária para sua formação disciplinar: educa-se para a obediência com reverência, veneração, deferência, submissão, medo e temor à autoridade soberana.

A punição visa produzir uma determinada conduta desejável. Ela é indispensável à educação para a obediência e supõe a negação da obediência a si próprio. Na educação em sentido amplo ou no ensino escolar, a lógica que castiga um denominado desvio de conduta é a mesma que recompensa com a ausência de punição, antes mesmo de premiar a chamada conduta irrepreensível. O adestramento para uma conduta esperada sabe recompensar, inclusive, os que insistiram em sair da linha até serem capturados. É assim que se ampliam regras, táticas e peças num jogo que combina punição e recompensa como maneira, não apenas de produzir indivíduos obedientes, mas de manter os que, eventualmente, desobedecem dentro do raio de ação tolerante da autoridade superior. A recompensa compõe com a punição um par indissociável.

Os utilitaristas consideram o indivíduo livre e autônomo, na medida em que este busca afirmar sua liberdade, que age segundo suas próprias razões e é consciente de suas conseqüências. Ele sabe que suas razões estão conformadas à obediência esperada, e que, no limite, sua ação deve se voltar para a reforma dos comportamentos, das regras, das leis, até mesmo dos procedimentos. O pensamento livre, para Godwin, ao contrário, não espera recompensas e pondera que só as razões pessoais guiam as atitudes do indivíduo livre e autônomo. Conclui que a punição gera medo e covardia; a recompensa, servilismo e imobilidade.

O sujeito livre e autônomo, por sua vez, tem entendimento sobre as condutas e coragem para transformar os costumes, dissolvendo o sistema de premiações.

Os utilitaristas imaginavam que a educação nacional seria o meio para todos atingirem a condição de indivíduo livre e autônomo. Godwin contestava o nascente projeto de educação nacional como ensino formal e obrigatório administrado e regulado pelo Estado. Argumentava que a instituição de ensino, ao pretender a permanência e a conservação, constitui a educação com base em dogmas estabelecidos e obstaculiza a contestação. Enfim, o ensino nacional não estimula o desenvolvimento pessoal, somente a glória do Estado-Nação, que faz da educação seu monopólio e que exige a obrigatoriedade da criança na escola.

O imperativo ensino dirigido e centralizado no Estado seqüestra a possibilidade de experimentação e a espontaneidade do ato de aprender, excluindo o autodidatismo, a liberdade de ensinar e estudar, as práticas não-oficiais de socialização do conhecimento e a possibilidade de dissolver a relação professor-aluno. Quando se aprende por querer, o aluno se torna estudante e busca orientações e informações suplementares à aula, por conta própria e com parceiros irrequietos, transformando seus estudos em algo inventivo e livre. Os estudantes libertam-se dos prolegômenos iluministas sobre a vontade de saber – na qual o querer está subordinado à vontade de quem ensina –, para instaurarem trans-tornos às autoridades e conhecimentos constituídos.

É no campo da luta que Godwin foi um inovador e inventivo pensador, ao sinalizar para a diversidade de experimentações educacionais libertárias como salutareos desvios à uniformidade. Suas reflexões permanecem atuais a quem leva a educação para fora do campo interativo entre professor-aluno, pois uma rápida olhada para qualquer escola, ontem e hoje, da mais conservadora à mais democrática, capta a continuidade dos dispositivos de punição e recompensa. E, nelas, as crianças correm o risco de serem tragadas pelos sistemas de avaliação, imobilizadas por regras de disciplina e sufocadas nos afagos pegajosos da professorinha.

Oscar Wilde – o artista que possibilitou, junto com o poeta Shelley, a recuperação dos escritos de Godwin na Inglaterra do final do século 19 –, ao escrever sobre o papel da autoridade, mostra a continuidade da educação capaz de ultrapassar inúmeras crises anunciadas e evitar sua abolição. Wilde escreve que a autoridade, exercida de forma violenta, brutal e cruel, dá até bons resultados, quando gera ou aflora, de alguma maneira, o espírito de revolta. Porém, exercida com doses de amabilidade e premiações, desmoraliza o indivíduo que se recusa a reconhecer a horrível pressão que o assujeita.

A atualidade das análises de Godwin está em questionar a continuidade da punição como princípio de sociabilidade, em uma sociedade que se pronuncia democrática ou que até mesmo já se proclamou socialista, durante parte do século 20. O prosseguimento dos castigos e recompensas sustenta e perpetua a autoridade, não apenas do professor, mas da escola como local exclusivo da transmissão de saber. Faz da instituição de ensino um lugar de produção de cidadãos dóceis, um eficiente investimento em contenção de experimentações de liberdade.

Entretanto, está em jogo problematizar o amor à escola como local de redenção e formação do indivíduo livre e autônomo, amável, imóvel e obediente. Diante dos ideais iluministas que viram na escola o espaço de formação humanista e técnica, os anarquistas procuraram a formação do indivíduo livre e autônomo vinculada a uma educação revolucionária voltada para a emancipação humana, invertendo a moral da escola e redesenhando o amor à escola. Nos termos de Godwin, pergunta-se: é possível, por meio dessa inversão moral, propiciar a aparição e a realização do extraordinário de uma pessoa?

grupo de estudos



# A Educação Libertária

**1ª. Leitura:**

20 de Novembro de 2010

- Anarquismos & Educação, capítulo 8,

**William Godwin e a Educação Livre,**

Edson Passetti e Acácio Augusto